



XVIII ENANPUR
NATAL2019
27 a 31 maio

VIVÊNCIAS, TROCA DE SABERES E FORMAÇÃO CIDADÃ PARA O DIREITO À CIDADE: EXPERIÊNCIAS DO PROJETO MOTYRUM - UFRN, DE EDUCAÇÃO POPULAR EM DIREITOS HUMANOS, NA COMUNIDADE DO JACÓ, EM NATAL/RN

Autores:

Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha - UFRN - dubentes@gmail.com

Marise Costa de Souza Duarte - UFRN - marise_csd@yahoo.com.br

Reinaldo Lima Souza de Lélis - UFRN - reinaldoleliss@gmail.com

Marcello Uchoa Wanderley - UFRN - muchoaw@gmail.com

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre o aprofundamento do processo de efetivação do Direito à Cidade, a partir de experiências acadêmicas desenvolvidas em processo dialógico, com articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Para tanto, toma como referência as pesquisas realizadas no âmbito dos Trabalhos Final de Graduação “Bom dia, Jacó: plano urbanístico de ideias para e com a Comunidade do Jacó, no Bairro das Rocas, em Natal/RN” e “Entre muros: vida escondida na Comunidade do Jacó – caminhos para a efetivação do direito à moradia na AEIS São José do Jacó em Natal/RN”, desenvolvidos por estudantes dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, e de Direito, respectivamente, da UFRN, em articulação com o Projeto Motyrum Urbano. A realização desse Projeto tem estimulado estudantes, professores, moradores da comunidade e técnicos do setor público a contribuir com ações concretas de implementação de direitos humanos e particularmente do Direito à Cidade, reafirmando o compromisso com a formação profissional cidadã e com a construção de uma cidade de direitos.

VIVÊNCIAS, TROCA DE SABERES E FORMAÇÃO CIDADÃ PARA O DIREITO À CIDADE:

Experiências do Projeto Motyrum – UFRN, de Educação Popular em Direitos Humanos, na Comunidade do Jacó, em Natal/RN

INTRODUÇÃO

A temática do Direito à Cidade se constitui, na atualidade, objeto de um amplo debate no campo do desenvolvimento urbano e social a nível mundial, tendo sido o principal tema das Conferências das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (1976, 1996, 2016). No âmbito nacional, o tema ganhou relevância a partir dos anos de 1980, no processo de restabelecimento do estado democrático no Brasil, constituindo-se em uma das principais pautas dos movimentos sociais urbanos, com desdobramentos na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Cidade (Lei Federal n. 10.257/2001), que, de forma inovadora, trouxe ao Direito Brasileiro, o direito a cidades sustentáveis, compreendido como “o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer para as presentes e futuras gerações”. Em que pese os avanços na institucionalidade desse direito, a sua efetivação segue sendo um grande desafio. Nesse contexto, e visando ao aprofundamento da referida questão no âmbito acadêmico, o Projeto Motyrum de Educação Popular em Direitos Humanos – Núcleo Urbano, ou “Motyrum Urbano” como será nomeado no decorrer desse artigo, representa o esforço de inserção e ampliação das atividades e debates sobre o tema do Direito à Cidade na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Consonante com os objetivos gerais do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRN (PDI/UFRN 2010-2019), o referido Projeto busca a formação do cidadão fundamentada na ética, no pluralismo, na democracia e na contemporaneidade. Como atividade de Extensão, o projeto se pauta pela articulação entre a esfera acadêmica, o movimento comunitário e os setores técnicos da gestão pública ligados ao tema, visando à potencializar a troca de experiências e a diversidade de saberes na produção do conhecimento e realização das ações. A partir da atuação em uma comunidade vulnerável social e economicamente, ou seja, a Comunidade do Jacó (no bairro das Rocas, em Natal/RN), e com foco na garantia de direitos urbanos e socioambientais, o Projeto Motyrum Urbano objetiva o desenvolvimento de um processo dialógico, articulando ensino, pesquisa e extensão. Os primeiros contatos com a realidade da Comunidade do Jacó ocorreram em 2014, face ao desmoronamento de parte da encosta comprometida pelas chuvas. No final do ano de 2015 houve uma aproximação maior do grupo com a área e com alguns moradores, no que se refere à intensificação dos problemas relativos à situação de insegurança física e jurídica

das moradias. A necessidade de conhecimento dos moradores sobre a dominialidade de terrenos existentes no assentamento, com potencialidade para programas habitacionais, foi um dos motivos principais para a definição da Comunidade do Jacó como universo principal de atuação do Projeto Motyrum Urbano, em 2016. Em 2017, as atividades na Comunidade do Jacó se intensificaram, principalmente pela busca de soluções para os acessos, cujas estruturas se encontravam bastante degradadas, evidenciando riscos de acidentes, em particular para anciãos e pessoas com deficiência. Para além das ações voltadas para a questão ambiental e situação de risco das moradias, a recuperação de uma das três escadarias de conexão da comunidade com o entorno foi a ação que efetivamente possibilitou avançar no envolvimento do lugar nas lutas coletivas. Do ponto de vista metodológico, o Projeto Motyrum Urbano busca apoiar e facilitar os movimentos das comunidades em busca de soluções para a promoção da moradia digna. Assim, a ação de reconstrução da citada escadaria foi decisiva para o engajamento de idosos, adultos, adolescentes e crianças, e para o aprofundamento das relações Universidade-Comunidade, no Jacó. O projeto e execução técnica da nova escadaria foram desenvolvidos em parceria com o Escritório Popular de Engenharia Civil – EPEC, e o Atelier de Projetos de Arquitetura e Urbanismo – APAU, ambos da UFRN. O êxito da execução dessa ação, com destaque para o maior envolvimento da comunidade, se constituiu em uma forte motivação para a continuidade da atuação do Projeto Motyrum Urbano na Comunidade do Jacó, em 2018. Neste ano, a comunidade sinalizou o interesse em recuperar um terreno vazio, resultante da demolição de uma casa pelo poder público municipal, sob a justificativa da evidência de risco. Contudo, após a demolição da casa, não houve qualquer intervenção no sentido da recuperação ambiental do terreno. Assim, passou a acumular lixo e a ser foco de doenças. De outra forma, moradores da comunidade que já utilizavam uma torneira nas imediações para obter água, apontaram a necessidade de limpar o terreno e melhorar as condições ambientais daquele local. Nesse processo, teve início a ação de qualificação urbana e ressignificação do referido terreno em trabalho de mutirão com a comunidade e tendo como parceiros as equipes do Projeto Museu da Memória Afetiva da Cidade – MMAC e novamente do Escritório Popular de Engenharia Civil – EPEC. No âmbito do processo ensino-aprendizagem, o Projeto Motyrum Urbano busca o aprofundamento teórico sobre do tema do Direito à Cidade e dos direitos urbanos que alberga, com a produção de material acadêmico na área. Por outro lado, a atuação de forma interdisciplinar proporciona aos cursos envolvidos (Arquitetura e Urbanismo, Direito, Ecologia, Psicologia, outros) a possibilidade de compartilhar conhecimentos que possam qualificar as áreas do saber acadêmico, através de um processo de interação com o saber popular, especialmente da comunidade envolvida. A realização do Projeto Motyrum Urbano também se coloca no sentido de estimular seus participantes, estudantes, professores, moradores da comunidade e técnicos do setor público a contribuir com ações concretas de implementação de direitos humanos no campo da efetivação do Direito à Cidade, contribuindo para uma formação acadêmica crítica, humanista e comprometida com a efetivação dos direitos humanos. É nesse contexto que o presente artigo se insere, tendo como objetivo refletir sobre o aprofundamento do processo de reafirmação do Direito à Cidade, a partir de experiências acadêmicas desenvolvidas em processo dialógico, com articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Para tanto, toma como referências principais as pesquisas realizadas no âmbito dos Trabalhos Final de Graduação “Bom dia, Jacó: plano urbanístico de ideias para e com a Comunidade do Jacó, no Bairro das Rocas, em Natal/RN” e “Entre muros: vida escondida na Comunidade do Jacó – caminhos para a efetivação do direito à moradia na AEIS São José do

Jacó em Natal/RN”, desenvolvidas por estudantes dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, e de Direito, respectivamente, da UFRN, em articulação com o Projeto Motyrum Urbano. Essa produção acadêmica, combinada com os Relatórios do citado Projeto, constitui a principal fonte de dados empíricos. Tais ações são referenciadas na obra de autores clássicos sobre o tema do Direito à Cidade, como Henri Lefebvre, para quem o direito à cidade se define como o direito à vida urbana. Nesse sentido, a matriz da Reforma Urbana refere o Direito à Cidade como uma ética urbana fundamentada na justiça social e na cidadania. De acordo com o Fórum Nacional de Reforma Urbana, FNRU:

“O direito à cidade é um ideário anticapitalista, radicalmente democrático, fundado na justiça social, que por definição não pode ser institucionalizado em sua multidimensionalidade e radicalidade, nem plenamente realizado sob o capitalismo. O direito à cidade pode ser compreendido como um direito coletivo de todas as pessoas ao usufruto equitativo da cidade dentro dos princípios da justiça social e territorial, da sustentabilidade ambiental e da democracia. Nesta dimensão, o direito à cidade envolve a provisão direta de valores de uso adequados para todos - moradia, saneamento ambiental, mobilidade urbana, cultura e lazer, educação, saúde, segurança alimentar etc. – que deve ter precedência sobre a provisão desses serviços por intermédio do sistema de mercado, que maximiza os lucros, produz valores de troca concentrado privadamente nas mãos de poucos e distribua bens com base na capacidade de pagamento das pessoas.” (TEXTO BASE DO ENCONTRO NACIONAL DO FNRU, 2017, p. 7-8)

Considerando a questão urbana e habitacional brasileira, o projeto Motyrum Urbano está fundamentado nos princípios da matriz teórica da Reforma Urbana. Assim, o Projeto considera estruturantes os princípios da função social da cidade, função social da propriedade e a gestão democrática. Nesse sentido, destacam-se os estudos desenvolvidos por autores como Betânia Alfonsin, Edésio Fernandes, Ermínia Maricato, Nabil Bonduki, Nelson Saule Júnior, Raquel Rolnik, Rosana Denaldi, entre outros autores no campo do Direito Urbanístico. Considerando especificidades locais, destacam-se as pesquisas e projetos extensionistas realizados pelo Laboratório de Habitação, Habitat e Cidadania (LabHabitat) – DARQ/UFRN, e Departamento de Direito Público – CSSA/UFRN, nos quais a equipe coordenadora do Projeto Motyrum Urbano se insere. No campo da educação popular, colocam-se as noções de emancipação e formação para a cidadania desenvolvida por Paulo Freire. Nesse sentido, os procedimentos metodológicos se pautam principalmente pela escuta da comunidade e pela construção de um trabalho coletivo envolvendo os diversos segmentos sociais, notadamente universidade, comunidade e gestão pública. Assim, são realizadas oficinas e rodas de conversa sobre problemas correntes na comunidade, com formulação de alternativas para seu enfrentamento.

Nessa perspectiva apresenta-se a seguir a reflexão sobre as ações desenvolvidas na Comunidade do Jacó, considerando atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O JACÓ: POR QUE “COMUNIDADE”?

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utiliza o termo “aglomerado subnormal”, desde 1987, para nomear áreas conhecidas no país por diversas denominações, como favela, comunidade, grotão, vila, mocambo, entre outros. O último censo realizado pelo IBGE (2010) define:

“Aglomerado subnormal é o conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características a seguir: irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública).” (IBGE, 2010, *on line*)

Muitas vezes, estes espaços estão localizados nas chamadas Zonas/Áreas Especiais de Interesse Social, que são áreas demarcadas no território de uma cidade onde o poder público pode dar um tratamento diferenciado através da legislação. O Plano Diretor de Natal define 4 tipos de Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS): 1 – Favela; 2 – Áreas com influência de Empreendimento e Impacto Socioeconômico, Cultural e Paisagístico; 3 – Segurança Alimentar; e 4 – Nova Descoberta. A Comunidade do Jacó está inserida, de acordo com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB), na AEIS do Tipo 1 – “Favela”.

Além do reconhecimento do Jacó como “favela” na política urbana, os moradores contam que a área é muito estigmatizada na visão das pessoas “de fora” da comunidade, através dos olhares, comentários e algumas situações já vivenciadas. Há relatos, por exemplo, sobre motoristas de táxis que se negam a prestar o atendimento pelo fato do local ser o destino da viagem, e serviços de entregas de *delivery* que não se dirigem à comunidade, alegando ser “perigoso” ir até ao Jacó.

A configuração morfológica da Comunidade do Jacó, sua estética e o próprio processo de ocupação são fatores que não se distanciam das características de “aglomerado subnormal” atribuídas pelo IBGE. Porém, a categorização oficial do termo “favela” para identificar o Jacó não corresponde à forma pela qual os moradores se identificam. Estes se reconhecem como comunidade, e enfatizam o convívio em comunhão e as relações, principalmente de vizinhança, mantidas entre si, como os principais motivos para o estabelecimento deste consenso, desde o início do processo de ocupação da área. De acordo com Brandão e Borges (2014):

“A comunidade é o lugar humano da vida. Desde tempos antigos foi e segue sendo o lugar social arrancado da natureza, ou nela encravado ainda, em que pessoas, famílias e redes de parentes e “comuneiros” reúnem-se para viver suas vidas e dar, entre palavras e gestos, um sentido a ela. Em termos modernos, a comunidade é o lugar da escolha. É a associação – quanto mais livre e autoassumida melhor – de pessoas que se congregam para serem, em meio a um mundo como o da grande cidade, o que desejam ser nela, ou por oposição a ela.” (BRANDÃO e BORGES, 2014, p. 2)

Nesse sentido, os citados autores, aprofundam o entendimento de “comunidade”, através dos seguintes conceitos:

1. “A transformação da natureza”: Mais do que ocupar um território por si só, uma das principais características de uma comunidade é que ela aprendeu ao longo do tempo a conviver com a natureza, em uma relação de transformação do território muito influenciada pelas suas condicionantes naturais.
2. “A autonomia”: Diz respeito à grande parcela de moradores de comunidades que trabalham de forma autônoma e informal, oferecendo serviços para a própria comunidade ou para fora, em atividades profissionais sem patrões e com os próprios horários.
3. “A autoctonia”: O sentimento de descendência de uma geração que ocupou um território, e por princípio tem o dever de continuar o processo, como resultado de uma herança de nomes, tradições e lugares, e respeito aos mais anciãos que deram início à sua história do lugar.
4. “A memória de lutas passadas de resistência”: São poucas as comunidades cuja história não esteja alicerçada em batalhas antigas de enfrentamento a ameaças de retirada de seus territórios, o que revela uma face de resistência muito característica e intrínseca das pessoas que moram nestes locais.
5. “A história de lutas e resistências atuais”: Da mesma forma que a história é marcada por tensões urbanas, a atualidade de uma comunidade geralmente também é. Muitas delas possuem um modo de vida baseado em um trabalho comunitário de resistência atual, fruto dos resquícios históricos de lutas e surgimento de novas problemáticas.
6. “A experiência da vida em territórios cercados e ameaçados”: As comunidades em localizações centrais, estratégicas e nobres, estão constantemente sob o alvo de políticas neoliberais de retirada de direitos, que com diversos pretextos, visam à sua remoção em função de um mercado imobiliário predatório.

A Comunidade do Jacó possui essas características, sendo exemplo das reflexões de Brandão e Borges, pois evidencia, principalmente, o entendimento dos moradores e sua identidade como “comunidade”. Neste sentido, verifica-se que a comunidade ocupou há muito tempo uma área natural de lagoa e encosta, inscrevendo suas histórias de vida. Com o passar dos anos, estabeleceu relações de vizinhança, criou identidade e gerou “herdeiros” do território historicamente constituído – os filhos e as filhas das famílias. Este percurso foi e ainda é marcado por muitos conflitos, que revelam trajetórias de vidas portadoras de muitas injustiças sociais.

O JACÓ: A HISTÓRIA DO LUGAR

A Comunidade do Jacó é um assentamento de origem informal localizado no bairro das Rocas, município de Natal/RN, Região Administrativa Leste, situado em uma superfície de encosta urbana definida pelo Novo Código Florestal de 2012 como “APP - Área de Preservação Permanente. Também é classificada como uma AEIS – Área Especial de Interesse Social, do Tipo 1 – “Favela”, pelo Plano Diretor do município (não regulamentada). Ocupa uma área de

aproximadamente 12.000 m², onde residem cerca de 100 famílias, reunindo aproximadamente 300 pessoas, num quantitativo em torno de 75 residências.

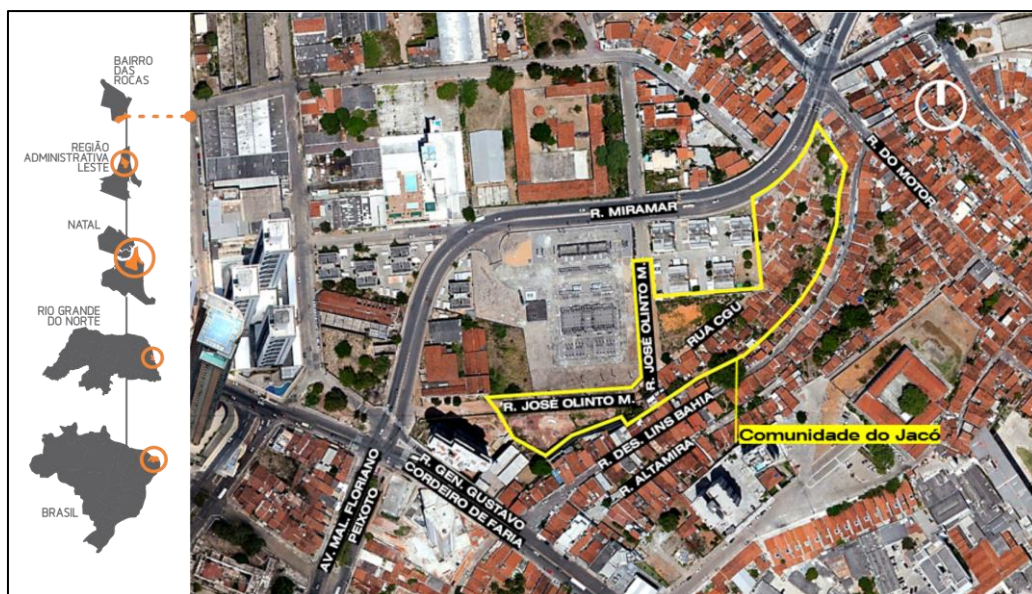


Figura 01. Localização da Comunidade do Jacó. Sem escala. Produzido pelos autores. 2018.

Nos limites com o bairro de Petrópolis, que se constitui em uma das áreas de atuação do mercado imobiliário formal, essa comunidade tem resistido no tempo, sendo, porém, pouco conhecida quanto a sua localização. Não existem registros documentados sobre a história do Jacó. As informações aqui transmitidas têm como base, principalmente, o relato de moradoras que vivenciaram o desenvolvimento da comunidade desde os seus primórdios. De acordo com a figura 02, da esquerda para a direita são elas principalmente: Dona Nevinha (moradora há 36 anos), Dona Vera (moradora há 32 anos), Dona Sebastiana (moradora há 30 anos) e Dona Nininha (moradora há 21 anos). Através da realização de uma oficina sob o tema de Memória Urbana, e com auxílio de um mapa em grande escala, com representação da vista aérea do assentamento do Jacó, obteve-se o relato a seguir.



Figura 02. Oficina de Memória Urbana com as moradoras mais antigas da comunidade (da esquerda para a direita: Sebastiana, Nininha, Vera e Nevinha). Acervo dos autores. 2018.

Inicialmente, vale salientar que a delimitação da comunidade se deu em consonância à construção dos muros que hoje a cercam, e estes muros construídos em diferentes épocas se constituem em marcos referenciais da história do Jacó. Assim, identificam-se cinco intervenções, com efeitos sobre a configuração do assentamento, no tempo, com destaque para: a subestação de energia elétrica da Companhia Energética do Rio Grande do Norte (COSERN) - construída em 1993; a Rua Miramar (prolongamento da Avenida Marechal Floriano Peixoto) - construída em 1999; o Condomínio Residencial Ribeira II - construído em 2001; o muramento de um terreno baldio no centro da comunidade - construído em 2006; e o Residencial Therraza - construído em 2013. A Figura 03, seguinte, ilustra a localização destes equipamentos na área:



Figura 03. Os “muros da comunidade”. Sem escala. Produzido pelos autores. 2018.

Ao passo que estas construções foram sendo realizadas, o Jacó foi sendo cada vez mais “enclausurado” entre os muros e a encosta. Ao longo dos anos, a comunidade foi afetada por muitas intervenções externas que foram cada vez mais limitando o espaço de vivência e permanência dos moradores. Além disso, o processo de ocupação informal resultou na rápida construção de casas, sendo algumas com precários padrões construtivos e soluções improvisadas para a drenagem das águas pluviais e destinação dos esgotos, o que concorreu para gerar espaços públicos igualmente inadequados, sobretudo do ponto de vista ambiental – Figura 04.

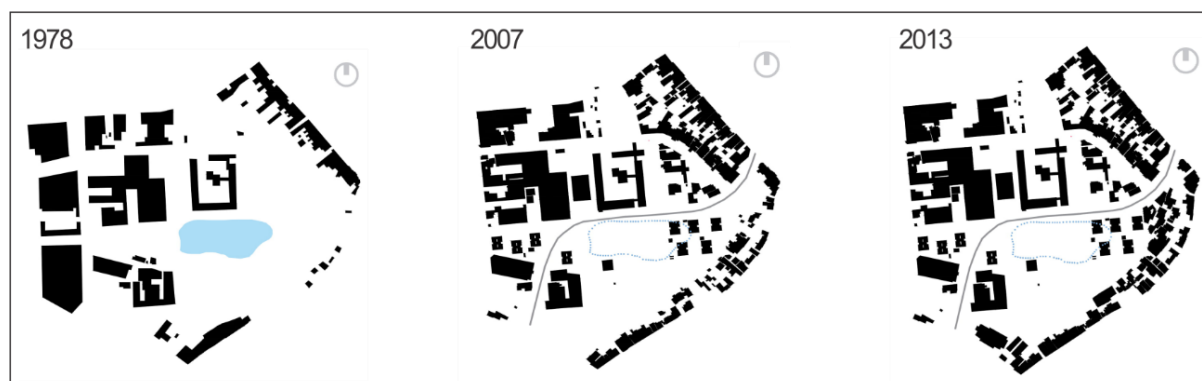


Figura 04. Evolução do crescimento da Comunidade do Jacó. Sem escala. Produzido pelos autores, com base em cartografias da CAERN. 2018.

Os primeiros sinais de formação do assentamento datam de 1978. Antes da chegada dos empreendimentos e construção dos muros, a comunidade era caracterizada por extensos espaços livres, cercados por uma densa vegetação predominantemente de coqueiros, bambus e capins-elefante, e pela presença da lagoa conhecida como Lagoa do Jacó, na parte mais baixa do terreno e também ponto central do perímetro atual da comunidade (o que hoje corresponde ao terreno do condomínio residencial e da subestação da COSERN). Naquela época, a área possuía algumas características rurais e era comum a criação de animais como cavalos, ovelhas e jegues.

As moradias, que à época possuíam predominantemente características de barracos, localizavam-se nas margens a sudeste da Lagoa do Jacó. O principal acesso às residências se dava através de duas escadarias improvisadas, que conectava a parte de cima da encosta (atual Rua Desembargador Lins Bahia, antes denominada Rua do Condor), até a parte baixa. Vale salientar que a porção edificada mais estabelecida à nordeste, em direção à orla, também era reconhecida pelos moradores como parte da Comunidade do Jacó, antes da Rua Miramar ser construída como prolongamento da Avenida Floriano Peixoto.

O marco seguinte é o período logo após o início dos anos 1990, quando o número de moradias construídas nas partes mais baixas da comunidade aumentou. À esta altura, a Lagoa do Jacó já havia sido completamente aterrada por entulhos, pois pouco tempo após seria construído o prolongamento da Avenida Marechal Floriano Peixoto – a Rua Miramar, referida anteriormente. Muitos dos novos moradores que chegaram à comunidade nesse período aproveitaram os entulhos da obra da avenida para construir os alicerces de suas casas. Os primeiros muros foram erguidos neste quadro, em 1993, delimitando uma área de mais de 10.000 m² para dar lugar a uma subestação de energia elétrica da Companhia Energética do Rio Grande do Norte (COSERN), e isolando completamente o acesso das pessoas a uma grande porção do território, conforme é visto na indicação do ponto (a) da Figura 03.

Em 1999 teve fim a obra da Rua Miramar, indicada no ponto (b) da Figura 03, sendo um eixo de ligação entre a Avenida Marechal Floriano Peixoto e o litoral das Rocas e Praia do Meio. Devido às configurações do terreno, a estrada foi elevada a partir de determinado ponto, o que necessitou de uma estrutura de muros em seu percurso abaixo do nível do asfalto, para conter o aterro utilizado na elevação da pista. Com isto, houve uma interferência nos limites que se conheciam da comunidade até então; o Jacó foi dividido em duas partes, e

os moradores da porção mais à norte foram com o passar do tempo perdendo o reconhecimento enquanto “Comunidade do Jacó”, mantendo-se esta identidade apenas na faixa entre a estrada e a encosta, fração urbana que se configura efetivamente como a área da comunidade atualmente.

Além de muitos transtornos causados aos moradores durante a sua construção, como o ruído dos maquinários, o lixo gerado pela obra e as nuvens de poeira que adentravam as casas, a Rua Miramar foi o segundo grande marco que impôs barreiras significativas ao espaço do Jacó, após a chegada da subestação da COSERN. Devido ao fato da pista elevar-se em relação a certo nível da comunidade, a sensação, para quem transita pela Rua Miramar, é de que o Jacó está “enterrado”. Essa barreira agravou uma segregação socioespacial dada a partir da dificuldade de acesso ao local, com progressivo distanciamento das pessoas “de fora” da comunidade. Ou seja, foram se agravando as rupturas na relação cidade-comunidade.

Em 2001, os muros do Condomínio Residencial Ribeira II foram levantados, conforme está indicado no ponto (c) da Figura 03. O empreendimento foi construído na área e criou um acesso a partir de uma rua perpendicular à Rua Miramar, a Rua José Olinto Macedo. Este condomínio fechado tomou outra grande porção do terreno antes usado pelas crianças do Jacó para o lazer, e seus muros tiveram grande impacto no cotidiano da comunidade, porque os moradores passaram a se sentir ainda mais “enclausurados”.

Em 2007, a comunidade já apresentava uma configuração com limites bem definidos e até mesmo muito claros para os próprios moradores. Para os órgãos públicos, já possuía endereços registrados (Rua José Olinto Macedo e Rua CGU), número de CEP (59.010-190), cadastros no IPTU e já era identificada nos mapeamentos realizados pelas secretarias municipais e documentos públicos da Prefeitura. Neste período, alguns postes de energia já haviam sido locados na comunidade e a rede distribuída para as casas, bem como o abastecimento de água, com os moradores recebendo pelo correio as devidas faturas de cobrança de água e energia.

Este foi o cenário que os novos moradores que ali chegavam, (muitos deles, parentes ou amigos das pessoas mais antigas na comunidade), encontravam. Novas casas foram sendo construídas nos espaços livres remanescentes, uma ao lado da outra, preenchendo a porção norte da área, em um processo de ocupação que acompanhou o sentido da faixa edificada preexistente, nas bases da encosta.

Em 2013 teve fim a obra do Residencial Therraza, indicado no ponto (e) da Figura 03. Apesar de localizar-se fora do perímetro que se considera o Jacó, e com o acesso voltado para a Rua General Gustavo Cordeiro de Faria, sua implantação é próxima à comunidade, causando um grande impacto visual e expondo um claro exemplo de segregação urbana na cidade. Para os moradores, o prédio e seus muros foram outro marco que se impuseram entre o Jacó e o “lado externo”, impedindo à permeabilidade visual de fora para dentro, e de dentro para fora, da comunidade. Este empreendimento marcou o fim de um processo que resultou no cercamento dos moradores por altos muros, com cercas elétricas e concertinas. Este processo contribuiu para aumentar a sensação de isolamento dos moradores, estigmatizou a área e escondeu dos “olhos da cidade” grande parte do Jacó, dificultando seu contato com o entorno e a cidade.

Em 2013, com a comunidade consolidada, alguns serviços públicos já eram realidade, como a coleta do lixo realizada na Rua José Olinto Macedo perpendicular à Rua Miramar, e a visita de agentes de saúde e endemias, por exemplo. Na Figura 04 observa-se que naquele ano a configuração atual da comunidade e seu entorno já estavam definidos. Nela, é possível verificar o adensamento na região mais recentemente ocupada da comunidade, a distribuição aleatória da massa edificada neste ponto, e a definitiva consolidação da quadra mais à norte, que antes fazia parte da comunidade. Da mesma forma, a Rua Desembargador Lins Bahia já apresentava uma ocupação consolidada de casas, com o consenso mais disseminado entre seus moradores de que tal rua não fazia parte do Jacó.

O processo de evolução urbana da Comunidade do Jacó se deu através de uma linha de crescimento contínuo nos três estágios iniciais da ocupação. Tendo a encosta como elemento de barreira, as habitações foram sendo construídas, uma ao lado da outra, na base do morro. No estágio mais recente da ocupação, constata-se um processo de crescimento linear, porém em sentido radial, dada as limitações do espaço físico. Assim, a Comunidade do Jacó se desenvolveu e constituiu historicamente o território que hoje ocupa.

Considerando o processo de formação e crescimento da Comunidade do Jacó, colocam-se a seguir duas experiências de ação comunitária desenvolvida pelo Projeto Motyrum Urbano com os moradores dessa comunidade, na perspectiva de inclusão territorial e fortalecimento da cidadania.

JACÓ ACESSO SEGURO: UM EXEMPLO DE USO DA LEGISLAÇÃO ESPECIAL COMO CONCRETIZADOR DO DIREITO À CIDADE

Com base na pesquisa intitulada “Entre muros: vida escondida na Comunidade do Jacó – caminhos para a efetivação do direito à moradia na AEIS São José do Jacó em Natal/RN”, desenvolvida em articulação com o projeto Motyrum Urbano, apresenta-se aqui a experiência da ação “Jacó Seguro”, realçando o papel da legislação urbanística expressa pelo instrumento da Área Especial de Interesse Social como fator importante do processo de concretização da ação.

O projeto Motyrum Urbano busca realizar atividades de difusão do conhecimento especialmente sobre Direito à Cidade na Comunidade do Jacó, na perspectiva da Educação Popular idealizada por Paulo Freire. Assim, o método aplicado ao referido estudo não está focado em explicar sobre a abrangência e aplicação de lei específica, mas sim se inserir no contexto da comunidade, criar laços e vínculos, escutar e compreender quais problemáticas enfrentadas e se dispor a resolvê-las em conjunto com os moradores, nunca em posição de liderança, mas sim em regime de colaboração.

No final do ano de 2016, identificou-se que o acesso mais utilizado pelos moradores, uma escada construída por eles mesmos, se encontrava em estado totalmente degradado e

era urgente uma reforma. O piso era irregular, construído com madeira e terra, não havia iluminação e eram muito frequentes quedas e acidentes.



Figura 05. Escadaria de acesso à comunidade, antes da reforma. Motyrum Urbano. 2016.

Para concretização da reforma, foi desencadeado um longo processo político, jurídico e urbanístico. Cada procedimento foi chancelado e legitimado pela comunidade, por meio de assinaturas, reuniões e participação na execução da obra.

Foram essenciais a parceria com outros projetos de extensão da mesma Universidade, UFRN – Escritório Piloto de Engenharia Civil (EPEC) e Atelier de Projetos de Arquitetura e Urbanismo (APAU), para regulamentação, orçamento e execução da escada. Inclusive, foram propostos à comunidade a construção de uma rampa ou a simples reforma da escada (Figura 06) e por meio de coleta de assinaturas por uma representante dos moradores, optou-se pela escada.

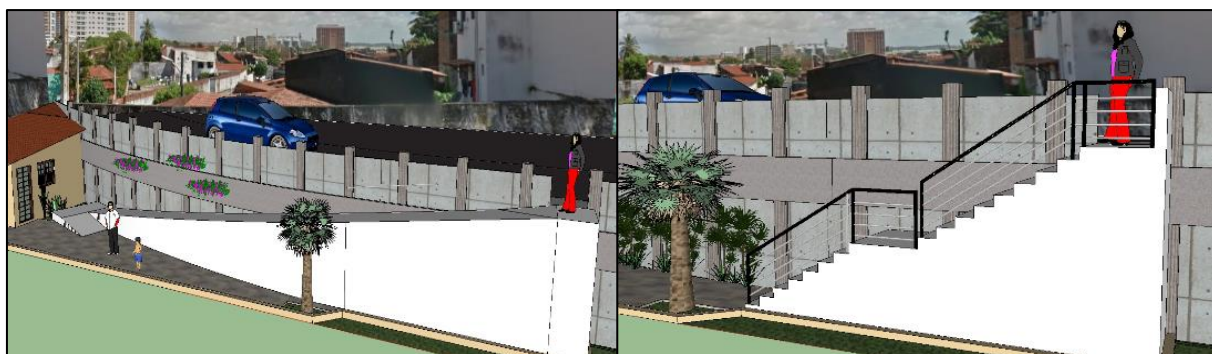


Figura 06. Propostas apresentadas à comunidade. Motyrum Urbano. 2017.

A opção pela escada foi uma surpresa para os estudantes, que viam mais vantagens na construção de uma rampa. Contudo, isso representou importante lição sobre os instrumentos democráticos de política urbana, demonstrando que quem melhor conhece as necessidades urbanas de um assentamento são seus próprios moradores, sendo imperioso a sua participação ativa em qualquer processo de intervenção urbanística.

A captação de recursos para execução da obra foi feita por meio de doações em uma plataforma de financiamento coletivo e elas foram utilizadas não só para o pagamento dos materiais, mas também dos trabalhadores, mesmo eles sendo moradores da comunidade que se beneficiaram com a obra. Com a contratação do serviço, evitou-se cair em armadilhas do contexto da construção comunitária, como a imposição de uma dupla jornada de trabalho.

A obra foi devidamente registrada, porém só foi autorizada mediante recurso, como acusa o Processo n. 031633/2017-28 disponível em consulta pública *on line* por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. O provimento foi primeiramente negado sob justificativa de que não estava adequada com os padrões de acessibilidade, requisitando a apresentação de uma alternativa com um elevador no local.

Como já mencionado, apesar de não regulamentada, a Comunidade do Jacó é instituída no Plano Diretor como AEIS - Área Especial de Interesse Social, o que permitiu acessar o conceito após o recurso administrativo, de modo que não fosse necessário atender às mesmas normas de acessibilidade de outros empreendimentos urbanos. Não obstante, há em outro ponto da comunidade um acesso plano, que pode ser utilizado por pessoas portadoras de mobilidade reduzida.



Figura 07. Evolução da reforma da escada. Motyrum Urbano. 2017.

O conceito basilar de ZEIS – Zona Especial de Interesse Social (também conhecida como AEIS – Área Especial de Interesse Social), ao qual está definida legalmente no Art. 47 da Lei Federal n. 11.977/09, compreende a possibilidade de um padrão urbanístico próprio e de tratamentos diferenciados de outras áreas da cidade ao sujeitar determinado assentamento a regras urbanísticas específicas.

Se as cidades inteiras não reconhecessem padrões distintos no processo urbanístico em razão de contextos socioeconômicos, especialmente em um país qualificado por disparidades sociais como o Brasil, os processos habitacionais regulados seriam exceções. Não

faria sentido exigir um padrão de construção inalcançável se muitas vezes nem o básico é atingido, como no caso de reforma da escada.

Essa experiência foi fundamental para reafirmar vínculos entre a equipe do projeto e os moradores, além de aproximar moradores que até então não estavam envolvidos com as ações do Projeto Motyrum na comunidade. Além de qualificar um espaço com envolvimento da comunidade em todo o processo, a ação abriu outras possibilidades de ação a exemplo da formulação do plano urbanístico para o Jacó, conforme se apresenta a seguir.

A EXPERIÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO DO PLANO URBANÍSTICO “CAMINHOS DO JACÓ”

Conforme visto anteriormente, durante o ano de 2018 foi desenvolvida a proposta de um plano urbanístico para e com a Comunidade do Jacó, denominado “Caminhos do Jacó”, no âmbito do Trabalho Final de Graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRN, em articulação com o Projeto Motyrum Urbano, intitulado “Bom dia, Jacó: plano urbanístico de ideias para e com a Comunidade do Jacó, no Bairro das Rocas, em Natal/RN”. Tal plano foi resultado de um processo participativo de construção de ideias sob os temas de espaços públicos, habitação e infraestrutura de saneamento. As intervenções urbanísticas propostas contemplaram principalmente a reestruturação de um percurso já consolidado pelos moradores com articulação de diferentes recintos em todo o assentamento.

Como se deu o envolvimento da comunidade para a desejada participação na elaboração desse plano urbanístico? Conceitualmente foi visto que é bastante difundido o entendimento sobre a participação na elaboração do projeto arquitetônico e urbanístico como sendo aquele no qual o usuário final participa do processo de concepção, definição e execução da obra, garantindo a que todas as decisões sejam tomadas em conjunto com o projetista.

De acordo com Giancarlo De Carlo, em uma entrevista divulgada pela Revista Vitruvius em 2007, a excelência técnica deve se somar a uma profunda visão humanista, em que a técnica é colocada a serviço das pessoas. Para ele:

“A participação (...) é mais que um processo político: é também a construção de uma estética verdadeira, construída com a redescoberta do gosto verdadeiro das pessoas, em um processo dialógico que pouco a pouco depura os elementos estéticos impostos pela cultura de massa e traz à tona os reais valores da sociedade.” (DE CARLO, 2007, *on line*)

Analisando a etimologia, a palavra “participação” origina-se do latim “participatio” (pars + in + actio), que significa “ter parte na ação”. Díaz Bordenave (1994) amplia o entendimento sobre a palavra, citando outras duas formas através das quais é possível interpretar o termo “participação” como oriundo da expressão “parte”, que são “fazer parte na ação” e “tomar parte na ação”.

“Ter parte” diz respeito ao fato de ocupar um espaço ou ter uma representatividade dentro de uma ação, atividade ou organização. Já “fazer parte” refere-se a uma participação passiva e contínua, enquanto “tomar parte” reflete uma participação ativa e pontual, em diferentes níveis de qualidade de participação. Vale salientar que o importante nessas classificações de participação não é o quanto se tem, faz ou toma parte, e sim o como se tornar parte do processo. (DÍAZ BORDENAVE, 1994).

Dado isto, muitas foram as estratégias para desenvolver a dimensão participativa no processo de projeto de um plano urbanístico para e com a Comunidade do Jacó, em sintonia com os princípios trabalhados pelo Projeto Motyrum Urbano. A começar, vale salientar que buscou-se envolver os moradores do Jacó em todo o processo de análise da área, e não somente no estágio de concepção das propostas em si.

Logo de início, foi descartada a possibilidade de utilização de qualquer questionário que fosse aplicado diretamente como método de coleta de dados. Optou-se por um levantamento de informações através de conversas e entrevistas qualitativas, considerando principalmente a voz do habitante como principal referencial às narrativas relacionadas aos moradores. Assim, foi priorizado o maior protagonismo dos moradores no processo de conhecimento da realidade, aproximando mais a comunidade e abrindo mais possibilidades para o olhar do pesquisador. Através desse processo dialogado foram estabelecidos 5 pontos principais de conduta do pesquisador, conforme o seguinte:

1. Deixar claro para a comunidade o papel enquanto universidade: Foi fundamental para o processo estabelecer um sentimento de confiança entre a comunidade e o pesquisador, o que já vinha sendo facilitado pelo fato do Motyrum Urbano estar atuando na área há 2 anos. A mensagem transmitida com ênfase para os moradores desde o princípio foi a possibilidade de construção de alternativas aos problemas urbanos do Jacó através da participação de todas e todos no âmbito de um trabalho acadêmico da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sem vínculo a qualquer outra entidade ou órgão público.
2. Não criar expectativas nos moradores com relação aos fins: Outro ponto foi estabelecer bem o entendimento de que o desenvolvimento de um plano urbanístico para a área não significaria necessariamente a automática solução concreta para os problemas urbanos da comunidade.
3. O ouvir sempre foi muito mais importante do que o falar: Estar em uma comunidade evoca uma sensibilidade especial para resguardar eventuais sensos críticos de primeiras impressões, saber ouvir o que o morador tem a dizer, dar importância à sua fala e a partir dela construir um diálogo. Para isso, apesar desse universo fazer parte dos campos de interesse dos autores, foi preciso se despir das referências e procedimentos eminentemente técnicos. Dessa forma, foi possível ficar mais à vontade para conversar e interagir com a comunidade.
4. Os problemas não foram apontados primeiramente pelo pesquisador: Apesar de deter o conhecimento sobre normas, dimensionamentos, legislações e “corretas práticas” da Arquitetura e Urbanismo, não foram realizadas análises ou julgamentos prévios sobre os problemas vivenciados pela comunidade. Essa referência foi construída inicialmente com base na escuta da comunidade. Evidentemente que essa postura não dispensou o olhar técnico sobre alguns dos

problemas identificados na área. Porém, tal registro foi discutido e relacionado àqueles identificados pelos moradores.

5. A troca de saberes: As atividades desenvolvidas com os moradores possibilitaram o intercâmbio de várias experiências cotidianas, conhecimentos e práticas. Isso só foi possível porque valorizou-se, desde o princípio, o envolvimento, a escuta e o diálogo com a comunidade.

Esses princípios possibilitaram a definição do processo de participação desenvolvido durante o desenvolvimento do plano urbanístico, cuja síntese é vista na Figura 08. Considerando as problemáticas identificadas no Jacó, realizou-se a imersão na comunidade, sendo a primeira visita dedicada a apresentação aos moradores do objetivo de se estar ali e do desejo de desenvolver juntamente com eles as fases seguintes.

Através do Projeto Motyrum Urbano, foram realizadas principalmente oficinas, rodas de conversa, entrevistas qualitativas, que subsidiaram a análise urbana e demais etapas de elaboração de propostas. Ressalta-se que em todas as etapas foram feitas atividades de devolução do conteúdo para a comunidade, com incorporação das sugestões apresentadas pelos moradores. Notadamente após a finalização da proposta preliminar do plano urbanístico, foram discutidas as ideias centrais e as possibilidades de continuidade das ações após a conclusão do projeto acadêmico na forma de Trabalho Final de Graduação.

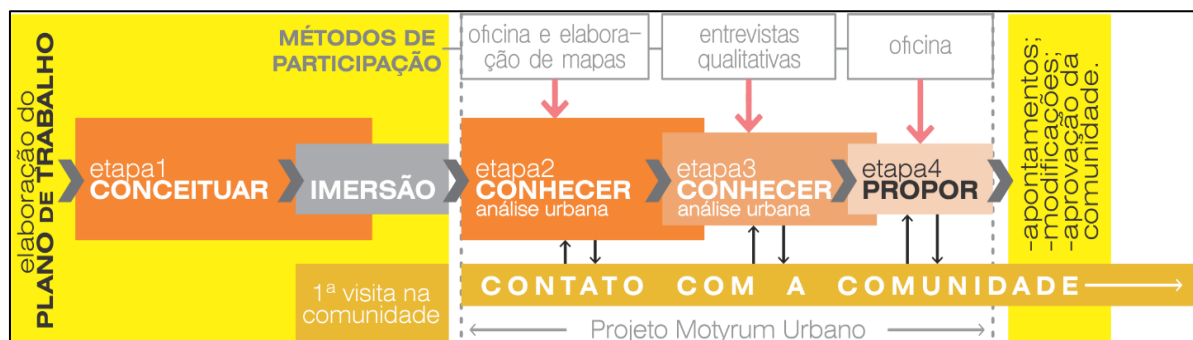


Figura 08. Diagrama do processo participativo para o desenvolvimento do plano urbanístico da Comunidade do Jacó. Produzido pelos autores. 2018.

Os procedimentos de participação fundamentaram as análises urbanas e as ideias de intervenção, conforme o seguinte:

Etapa 2 – “CONHECER” (correspondente à análise urbana da infraestrutura e habitação). Procedimentos metodológicos: Oficina “Jacó Contada” e elaboração de mapa mental. Data de realização: 21/04/2018.

Objetivo: Documentar a evolução do crescimento da comunidade através da história oral contada pelas moradoras mais antigas da comunidade, com sistematização através de Mapas Nolli de 1978, 2007 e 2013.

Produto: Relato escrito da história do Jacó e mapa da área com indicações de marcos no crescimento da comunidade, em linha temporal.

Etapa 3 – “CONHECER” (referente à análise urbana dos espaços públicos)

Procedimento aplicado: Entrevistas qualitativas.

Data de realização: De 07/04/2018 a 07/07/2018.

Objetivo: Atribuir o olhar do morador, para além do olhar técnico, na elaboração dos mapas referentes à análise do “sentido do lugar”, com base em del Rio (1990), mais especificamente aos que diz respeito às concepções e imagens do lugar.

Produto: Base de informações sobre peculiaridades específicas da comunidade com relação ao modo de viver, perceber e se apropriar do lugar.

Etapa 4 – “PROPOR” (relativo ao desenvolvimento das propostas)

Procedimento aplicado: Oficina “Jacó Desenhada”.

Data de realização: 07/04/2018.

Objetivo: Incorporar a leitura lúdica que as crianças têm do Jacó – aspectos positivos e negativos – no estabelecimento das diretrizes do processo de projeto das intervenções pensadas para a área.

Produto: Desenhos realizados pelas crianças de lugares que gostam de ir dentro da própria comunidade e as atividades que realizam neles, bem como lugares que não gostam de frequentar na área.

Etapa 5 – “PROJETAR CONTINUIDADES” (referente a apresentação do Plano Urbanístico Caminhos do Jacó à comunidade)

Procedimento aplicado: Roda de conversa com discussão sobre a proposta preliminar

Data de realização: 17/11/2018.

Objetivo: Apresentar para a comunidade as ideias desenvolvidas, incorporar as alterações sugeridas, além de registrar outras observações que se inserem na continuidade do trabalho, construindo caminhos para o aprofundamento e realização do plano urbanístico.

Produto: Apontamentos e sistematização dos resultados do plano urbanístico.

Dessa forma, se deu o processo de desenvolvimento das ideias de intervenções para o Jacó. Aliando todo o arcabouço de dados coletados, juntamente com a participação nas atividades conduzidas pelo Projeto Motyrum, descritas anteriormente, elaborou-se o plano urbanístico, a nível de ideias, que será apresentado a seguir.

O DESENHO DAS IDEIAS: NOTAS SOBRE O PLANO URBANÍSTICO CAMINHOS DO JACÓ

Com base no histórico e análise urbana da Comunidade do Jacó, foi definida a principal diretriz ou condicionante para a formulação do plano urbanístico: “urbanização sem remoção de moradores, ou seja, a permanência com o reassentamento do mínimo de famílias possível e inclusão territorial”. Em que pese as recorrentes indicações de remoção de casas em projetos de urbanização propostos pelo poder público para o Jacó, o presente estudo possibilitou identificar, junto a especialistas da área de Engenharia Civil, procedimentos técnicos possíveis de qualificar a segurança em situações de vulnerabilidade socioambiental

apresentadas na área, com reassentamento de um reduzido número de moradias para terrenos existentes na mesma área da comunidade. Esse tema não será aprofundado no presente artigo, mas se insere como referência do condicionante de projeto mencionado anteriormente. Nessa perspectiva, as mudanças de maiores escalas foram direcionadas a pontos da comunidade não ocupados. Assim, o plano focaliza a reestruturação do lugar sob o ponto de vista da qualificação da segurança das habitações e espaços públicos, reassentando apenas uma pequena parte das famílias para um prédio de habitações sociais previsto em local livre do próprio perímetro da comunidade, que também pode receber famílias de outros assentamentos. Considerando a legislação pertinente, o plano indica e delimita a área da encosta a ser recuperada, e procura conciliar a existência do morro e de toda a sua vegetação com a ocupação já consolidada da comunidade.



Figura 09. Plano urbanístico a nível de ideias, desenvolvido para a Comunidade do Jacó. Produzido pelos autores. Sem escala. 2018.

Foi definida uma paginação de piso de concreto intertravado no intuito de atribuir uma unidade ao percurso dentro do Jacó, a partir dos acessos da comunidade. O desenho da paginação mescla formas de ângulos retos com formas curvas, sugerindo o fluxo do caminhar.

Como a Rua José Olinto Macedo (representada pelo acesso intitulado “Porta do Norte” – ponto 07 – na Figura 09) apresenta uma dimensão de largura maior do que as demais vielas da comunidade, alguns veículos costumam transitar por este trajeto. Assim, foi atribuído a ela o uso compartilhado entre pedestre, ciclista e carro – como uma via peatonal. Logo, ainda que o fluxo de automóveis seja possível, elementos como o material idealizado para o piso, seu

desenho, as luminárias e vegetação localizadas ao longo dessa via, incitam no motorista o ato de transitar em baixa velocidade.

Como indicado no ponto 11 da Figura 09, é previsto um edifício destinado a habitação de interesse social possível de ser implantado em um local livre dentro da própria comunidade, a receber as famílias das moradias lindeiras à encosta em um ponto específico no qual a sua inclinação é máxima e onde já ocorreu alguns pequenos deslizamentos. Esta área de habitações a serem realocadas (ponto 09 – Figura 09), de acordo com o plano urbanístico proposto, converte-se em uma escadaria-rampa, mas vale ressaltar que a proposta de reassentamento também ocorre em virtude da recuperação da encosta, uma vez que se verifica a necessidade de retaludamento para garantir estabilidade nos pontos mais íngremes.

As diretrizes de permanência na área, reassentamento do mínimo de famílias possível e inclusão territorial foram fatores rigorosamente atendidos na indicação das moradias realocadas. Sendo um total de 18 residências da zona de ocupação mais recente, das quais 14 estão dentro do perímetro da comunidade e 4 localizam-se na Rua Desembargador Lins Bahia (fora do Jacó), buscou-se, com isto, a qualificação da segurança das demais habitações.

Propôs-se, então, para o local indicado no ponto 11 da Figura 09, o prédio destinado a habitações de interesse social: uma volumetria, dividida em pilotis e 3 pavimentos. Vale ressaltar também que a construção desse prédio possui a função de atuar como um grande elemento de escoramento da encosta neste ponto, uma vez que sua estrutura pode cumprir função de auxílio à contenção do talude. O resultado do estudo volumétrico segue representado nas vistas a seguir (Figura 10).

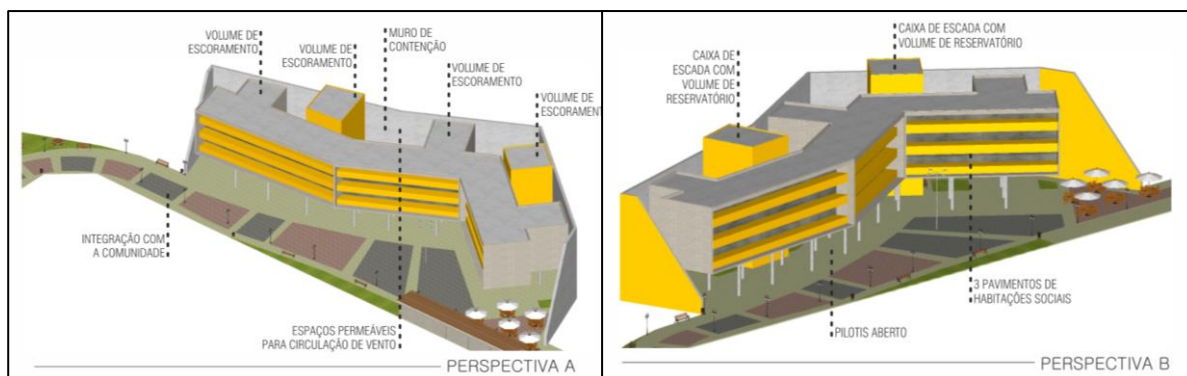


Figura 10. Perspectivas do edifício habitacional proposto. Produzido pelos autores. 2018.

Os recintos foram identificados ao longo do diagnóstico da área e para eles propôs-se melhorias quanto à requalificação dos espaços já apropriados pela comunidade, objetivando potencializar as atividades desenvolvidas nos lugares onde os moradores estabeleceram usos específicos, propondo também novas atividades para aqueles espaços sem uso atribuído atualmente. Para todos os recintos, utilizou-se o material e paginação de piso conforme já apresentados no percurso reestruturado na comunidade, a fim de reforçar a ideia de unidade aos caminhos e recintos ou centralidades. Como exemplo, o espaço denominado como “Praça do Jacó” e “Recinto da Luz/da Água” seguem apresentados a seguir (Figura 11).

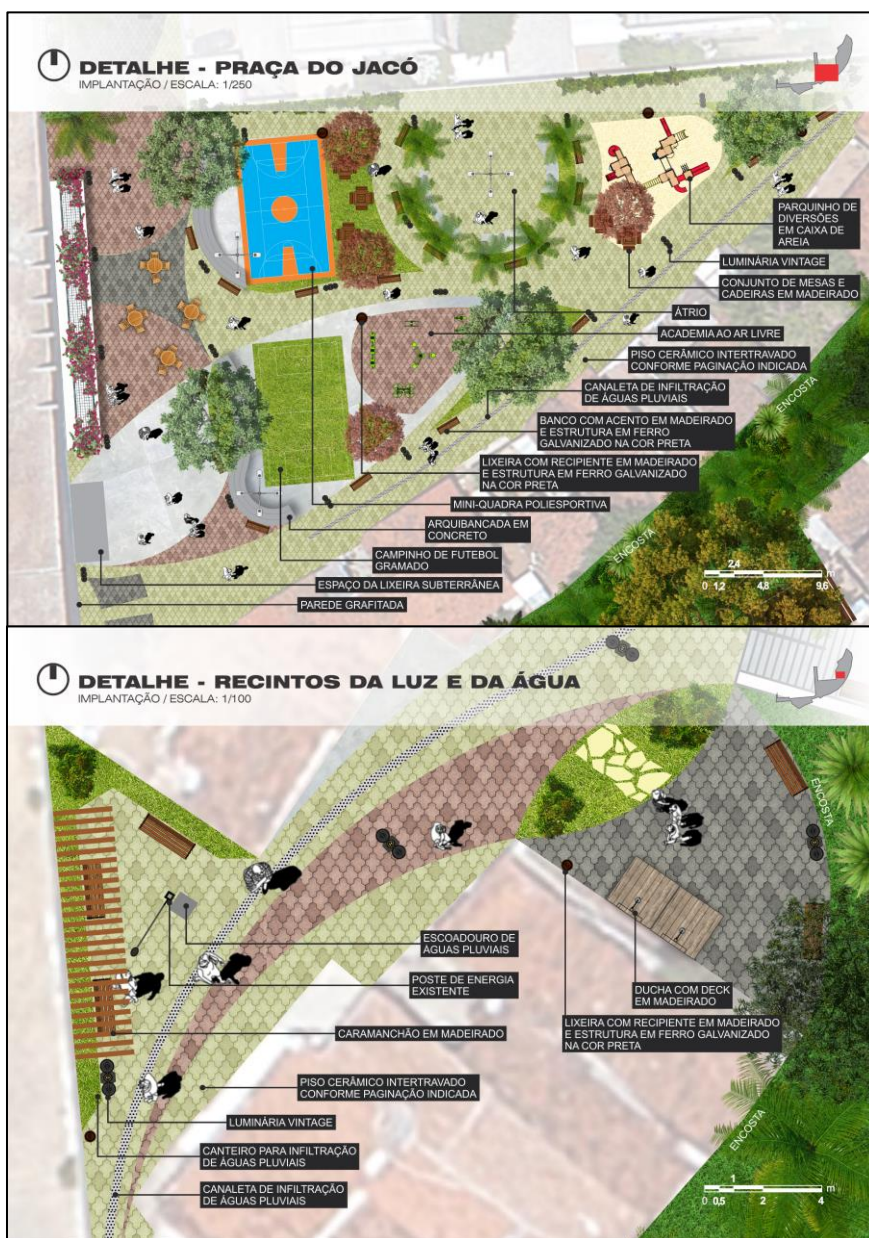


Figura 11. Detalhes da Praça do Jacó e Recinto da Luz/da Água. Produzido pelos autores. 2018.

Assim, o plano urbanístico, que foi desenvolvido durante 8 meses através do processo participativo com os moradores, relatado anteriormente, se coloca como uma importante ferramenta de enfrentamento a políticas públicas de reassentamento aliadas à pressão do mercado imobiliário, que visam à retirada das pessoas do lugar sob o pretexto da área ser mapeada como “de risco”. Contudo, o referido Trabalho Final de Graduação se debruçou em realizar uma profunda análise e propor soluções para os problemas através de uma perspectiva de qualificação da segurança, e mostrou como é possível garantir a permanência de mais de 75% das residências no local através de ideias que contemplam a requalificação dos espaços públicos, a recuperação da infraestrutura e ainda a implantação de novas moradias na área para receber novas famílias, sem remover as existentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseado nos princípios do Direito à Cidade, tema de amplo debate no campo do desenvolvimento urbano e social a nível mundial, o projeto Motyrum Urbano se inscreve nos objetivos da política de extensão universitária, notadamente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como experiência pedagógica e ativa, com objetivos claros e de longo prazo, que buscam participar dos processos de transformação social, por cidades justas, inclusivas e sustentáveis. Que deseja construir com as comunidades, no cotidiano, os caminhos para a solução de problemas urbanos, com reconhecimento das trajetórias de vida e afirmação dos territórios forjados nas lutas pela sobrevivência e pelo afeto das relações de vizinhança. Em um campo de conflitos e contradições que a realidade coloca, foi possível avançar alguns passos na compreensão da realidade do Jacó e nos caminhos que possibilitem entender e iluminar outros tantos assentamentos de origem informal da cidade. Os resultados dos Trabalhos Finais de Graduação apresentados nesse artigo como desdobramentos das ações do projeto Motyrum Urbano apontam nessa direção e abrem possibilidades a atuação acadêmica comprometida com a construção de uma cidade de direitos. No âmbito do processo ensino-aprendizagem, o projeto tem possibilitado o aprofundamento teórico do tema do Direito à Cidade, com a produção de material acadêmico. Por outro lado, a atuação de forma interdisciplinar tem trazido aos cursos envolvidos, alunos e professores, a possibilidade de compartilhar conhecimentos que em muito têm qualificado as áreas do saber acadêmico, através de um processo de interação com o saber popular, especialmente da comunidade envolvida. A realização do Projeto Motyrum também tem estimulado seus participantes, estudantes, professores, moradores da comunidade e técnicos do setor público a contribuir com ações concretas de implementação de direitos humanos e particularmente do Direito à Cidade, reafirmando o compromisso com a formação profissional cidadã.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. *O lugar da vida: comunidade e comunidade tradicional*. Campo-Território: revista de geografia agrária, edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-23, jun. 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/27067>>.

Acesso em: 06 out. 2018.

DE CARLO, Giancarlo. *Entrevista*. Revista Vitruvius, 2007. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/08.032/3292?page=1>>.

Acesso em: 23 set. 2018. Entrevista concedida a João Piza.

DÍAZ BORDENAVE, Juan E. *O que é participação*. 8ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994 [1989] – (Coleção primeiros passos; 95).

DUARTE, Marise Costa de Souza e BENTES SOBRINHA, Maria Dulce Picanço. *Espaços especiais ambientais e o meio ambiente na cidade de Natal: buscando a*

efetividade do direito. In PESSOA, Zoraide Souza (Org.). *Sociedade e Ambiente: território, desigualdade e vulnerabilidade*. São Paulo: Editora da Física. 2014.

FERNANDES, Edesio. O Estatuto da Cidade e a ordem jurídico-urbanística. In: O Estatuto da Cidade: comentado (p. 55-70) / organizadores: Celso Santos Carvalho, Anaclaudia Rossbach – São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010. Disponível em: <<http://www.ifrc.org/docs/idrl/947PT.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2018.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FÓRUM NACIONAL DE REFORMA URBANA. *Texto base do Encontro Nacional do FNRU 2017: os rumos da Reforma Urbana e do Direito à Cidade após o golpe político*. Disponível em: <http://mdt.org.br/bblt/171027_DocFRU.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2018.

HARVEY, David. *Palestra no Seminário Lutas pela reforma urbana: o direito à cidade como alternativa ao neoliberalismo*. Fórum Nacional de Reforma Urbana. Tradução de Fernando Alves Gomes, 2011. Disponível em: <<http://www.deriva.com.br/?p=46>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Aglomerados subnormais; informações territoriais. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. 4ª ed. São Paulo: Centauro Editora, 2006 [1968].